



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

97

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

99 Nº. 25/2025

100 *(Plenária Virtual)*

101 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para
102 Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
103 Porto Alegre, virtualmente, via Plataforma Google Meet, sob a coordenação da Presidente
104 **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**,
105 e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

106 Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
107 **(Topogigio);**

108 Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM;**

109 Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga;**

110 Francyne da Rosa, **CEMME;**

111 Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA;**

112 Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

113 João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres;**

114 Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo;**

115 Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel;**

116 Natália Laurindo, **AHMI;**

117 Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários;**

118 Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,
APAE/Porto Alegre;**

119 Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do
Adolescente de Porto Alegre – ASAFOAM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

120 Edemar Sanagotto, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano –
SMIDH;**

121 Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e
Desenvolvimento Rural – SMGOV;**

128 Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**;
129 Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMEL**;
130 Rotechild Prestes, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano –**
131 **SMIDH**;
132 Sônia Rejane dos Santos Vieira e Deise Nunes, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**.

133 **DEMAIS PRESENTES:**

134 Luciana Tietbohl, **Administrativo SMIDH**;
135 Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

136 **PAUTA:**

- 137 **1. Abertura;**
- 138 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**
- 139 **Comissão de Finanças;**
- 140 **3. Informes.**

141 Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

142 **1. ABERTURA;**

143 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Temos quórum, gente. Vamos iniciar. Boa
144 tarde. Vamos iniciar mais uma plenária. Então, só para a gente ter alguns retornos, tá? Hoje eu
145 entrei em contato com a Procuradora Cristiana Catarina, para poder ter uma análise do nosso
146 processo sobre o edital do acolhimento em saúde mental. Então, ela ficou de organizar para a
147 que ainda essa semana a gente consiga publicar o edital. Aí, ela vai estar analisando para a
148 gente poder publicar essa semana ainda. Outra questão também, hoje à tarde nós temos uma
149 visita na sede do que vai ser o CMDCA. E na última reunião que a gente teve com o
150 secretário, o Gustavo também compartilhou com nós a planta lá do prédio. Daí eu até
151 compartilhei ali com o pessoal da executiva a planta, o Mincarone já fez alguns apontamentos,
152 porque ele é engenheiro, né? E aí, então, já aproveitamos o conhecimento dele para isso
153 também. Tá? Então, a gente já compartilhou e hoje à tarde eles vão estar lá organizando e
154 olhando um pouquinho mais para a gente poder logo se mudar para lá. Outra questão também
155 é o edital do Cedica, que saiu os retornos direitinho ali, de quem, as instituições que foram
156 aprovadas. E foram bastante instituições de Porto Alegre. Olhei toda a listagem, acho que
157 ficou bem legal, assim, bastante instituições. Também já agendei para segunda-feira, às 10:00,
158 a reunião com a SMAS. Eles, às 10:00, para que a gente possa estar vendo a o per capita das
159 instituições e fazer da forma que a gente já tinha acertado e combinado aqui também, tá? E,

161 mais um retorno, é que veio, saiu, na verdade, a listagem das instituições da educação integral.
162 Vou compartilhar aqui rapidinho, tá? Assim, então, das instituições que a gente fez um
163 levantamento das instituições que têm registro no CMDCA e das instituições que não têm. Aí
164 a Associação de Moradores da Vila Jardim Europa não tem registro. A Associação Social
165 Murialdo, a gente não encontrou pelo CNPJ que estava na divulgação da listagem. Clube de
166 Pais e Mães Terra Encantada não tem registro também no conselho. Fora da Asa,
167 Experiências Plurais, também não tem registro no conselho. Instituição de Amigos Jardim
168 Europa também não possui registro no conselho. Centro Social Aparecida Restinga também
169 não possui registro no conselho. E aí depois eu acho que tem outra listagem anterior a essa
170 daqui que daí não está aqui. Essa aqui foi a última listagem, tá? Então, vou pegar depois a
171 última as outras listagens, na verdade, para a gente poder fazer também a conferência. E aí a
172 gente organizar para a gente poder mandar um ofício para a SMED para que essa
173 documentação de registro seja solicitada para parcerias, tá? Da minha parte, gente, é isso. Ah,
174 não, tem mais um. A reunião, na verdade, com o CMAS e o GT de migração, vamos dizer,
175 dos centros de convivência para a educação integral, ele vai ser na terça-feira, às 14:00, lá na
176 sede do Fórum, Duque de Caxias, 805, tá? E aí a gente vai estar enviando já o ofício, porque
177 eu não tinha enviado, que a gente não tinha fechado as datas ainda, tá? Que mais que eu ia
178 dizer? Eu acho que a gente pode ir para as comissões já, mas eu só queria trazer para vocês
179 sobre o que nós conversamos na semana passada, das instituições que têm registro e que não
180 fizeram recadastramento ainda, tá? De acordo com o que a Lu trouxe para nós, nós tínhamos
181 ali mais ou menos umas 600 instituições. E até, então, nós tínhamos feito o registro de perto
182 de 300. Então, são mais ou menos umas 300 instituições que ainda não fizeram o
183 recadastramento. E aí eu trago para a gente poder pensar. Tá? Ver qual é a nossa saída,
184 sugestão, e aí a gente vai ter que pensar um pouquinho melhor, tá? Podemos ir para as
185 comissões? Quem é o primeiro? Finanças? Pode ser?

186 - **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

187 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Na verdade, a gente não tem nenhum processo
188 para passar hoje, somente comunicar que a gente fez atendimento da Fundação Projeto Pescar
189 para orientação de ajustes no projeto, que daí eles vão encaminhar para a gente passar na
190 próxima plenária. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
191 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** OK. Políticas?

192 - **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

193 **Natália Laurindo, AHMI:** A gente fez reunião hoje junto com a com a Finanças do Projeto
194 Pescar. A gente também fez reunião com o Esporte & Vida para dar o encaminhamento,
195 também não precisa passar na plenária. Para dar encaminhamento, não, para dar os pontos, né,
196 que precisavam melhorar no projeto. E a gente fez uma reunião com a OSC de Inteligência
197 Artificial, que era sobre o projeto que eles enviaram, né? Eu até vou ler o SEI aqui:
198 25.0.000.0069955-1. E a gente já deixou o despacho pronto, referente ao indeferimento do
199 projeto que eles nos enviaram, que era um software de inteligência artificial para os hospitais
200 aqui do município que atendiam o SUS e também os que não atendiam, enfim, era um
201 software que ia envolver também criança, adolescente, adulto e idoso. Então, a gente fez uma
202 reunião junto com a Finanças, com Registros, e aí a gente orientou eles, né, como que eles
203 poderiam proceder com esse projeto. Então, a gente deu o indeferido. **Carolina Aguirre da**
204 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
205 **Presidente do CMDCA:** OK. Então, vamos para registro? Comissão de Registro, quem
206 começa?

207 - **COMISSÃO DE REGISTROS:**

208 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A
209 **ASSOCIAÇÃO PREPARAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE PARA A VIDA,**
210 **PRECAVI**, que é a Casa Madre Giovana. Esse é modalidade atendimento direto, com serviço
211 de convivência de 6 aos 14 anos, tá OK. O próximo é o **MOVIMENTO PELOS DIREITOS**
212 **DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, MDCA**. Tá OK, e também os seus serviços e
213 projetos. O próximo é **ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHEIRINHO DE MÃE**,
214 né? Então, é atendimento, modalidade atendimento direto com o programa de educação
215 infantil. E o outro é a **ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA,**
216 **INTEGRAR**. Este é da modalidade direto com o programa de aprendizagem profissional.
217 Outros, seguem. **Francyne da Rosa, CEMME:** Vou passar ali os próximos, então. É Instituto
218 Pró-Saúde, recadastramento. Esse Instituto Pró-Saúde eu vou deixar por último, que é, na
219 verdade, é uma discussão. Esse não é de recadastramento, mas a gente precisa decidir uma
220 questão sobre essa OSC. Daí os que estão aprovados ali para o recadastramento:
221 **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESCOLINHA URSINHOS CARINHOSOS;**
222 **ASSOCIAÇÃO COLETIVO AUTÔNOMO MORRO DA CRUZ;** **ASSOCIAÇÃO DOS**
223 **AMIGOS APOIADORES DA VILA;** **ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO**
224 **NEUROPSICOSSOCIAL;** **CENTRO DE PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO**

225 **ADOLESCENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS; e CRECHE RENASCER DA VILA**
226 **AMÉRICA.** Todos esses estão com parecer favorável ali ao recadastramento, com toda a
227 documentação enviada. Sobre a questão ali da OSC Instituto... **Carolina Aguirre da Silva,**
228 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
229 **do CMDCA:** Fran, só um pouquinho. Espera aí, vamos votar, então, primeiro que daí a gente
230 vai depois para essa. Tem mais algum outro processo, além, para votação? Não? Então, vamos
231 só votar, gente, esses processos de atestado de funcionamento. Quem é favorável, por favor,
232 levantar a mão. Alguma abstenção? Alguém contra? Não? **APROVADO POR**
233 **UNANIMIDADE.** Por favor, Fran. **Francyne da Rosa, CEMME:** Desculpa atropelar.
234 Então, o **INSTITUTO PRÓ-REDE** solicita o recadastramento, enviou a documentação.
235 Contudo, ela tinha o atestado de funcionamento, o último que foi emitido com validade 2024,
236 não teve atestado emitido 2025. Nesses casos, a gente tinha orientado as OSCs a fazerem a
237 reativação do registro e não o recadastramento, porque estaria de forma irregular por esse
238 período de 2025. O que acontece? Essa OSC fez uma justificativa com algumas citações das
239 resoluções. Eu busquei, junto com a Comissão de Registros e a Lu, da secretaria, a Resolução
240 124/2024, que foi em outubro, que falava da prorrogação do atestado de funcionamento para
241 2025. Só que na resolução não diz que a OSC deveria enviar e-mail, solicitar esse atestado de
242 funcionamento prorrogado. E aí a gente fica nessa dúvida, nesse momento, porque na prática,
243 só foi emitido os atestados de funcionamento 2025 para as OSCs que encaminharam o e-mail
244 e solicitaram. Aquelas que não, ficaram com o atestado de 2024. Então, neste caso, a gente já
245 encaminhou várias OSCs para a reativação do registro, já fizemos esse procedimento algumas
246 vezes do recadastramento, mas mediante essa justificativa e a gente não ter por escrito a
247 questão do e-mail, mas ter realizado desta forma, por e-mail, é para a gente decidir isso, se
248 essa OSC vai ser considerado que ela não estava irregular por esse motivo. Não sei se eu me
249 fiz clara. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Oi, eu queria só relembrar: a
250 gente fez a resolução e o Fórum também tinha sido comunicado. A gente não falou nas
251 reuniões do Fórum sobre isso? Que eu me lembre, a gente tinha tirado para falar. Foi, Carol,
252 comunicado nas reuniões do Fórum esse procedimento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
253 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
254 **CMDCA:** Foi falado em todas as reuniões. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
255 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Isso. Na verdade, o que a gente comunicou no
256 Fórum, até verbalmente, está gravado, e só bastava a OSC enviar um e-mail solicitando a

257 prorrogação. Isso foi bem claro informado lá, então quem participa do Fórum tem essa
258 informação e também em outros e-mails, acho que nos informativos do Fórum que ele manda
259 para as OSCs, então fala para a prorrogação. Então, se não procurou. **Luciane Escouto,**
260 **Instituto Leonardo Murialdo:** É por isso que eu penso que não tem pertinência esse pedido
261 da instituição. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Pessoal, eu
262 entendo que nós reforçamos verbalmente em mais de uma ocasião, foram várias vezes que nós
263 orientamos o pedido do e-mail, mas lendo o texto da resolução, que é o que realmente vale e
264 foi publicado no Dopa, o texto está genérico. Que o conselho resolve aprovar a prorrogação de
265 31/12/2024 para até 30/06/2025, ponto. Não fala nenhuma ação que a OSC precise fazer na
266 resolução. Por mais que a gente tenha orientado, falando nas plenárias e no Fórum, a
267 resolução entendo que supera esses comunicados que, bem dizer, foram informais. Então,
268 acho que seria um complicador a gente travar a renovação dessa OSC por uma reativação de
269 registro, sendo que eles argumentaram com base em um documento oficial. **Carolina Aguirre**
270 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
271 **Presidente do CMDCA:** A minha questão é, realmente a resolução ficou bem genérica, e aí
272 depois a gente acabou fazendo o fluxo de forma orientada, vamos dizer assim. Mas o que me
273 preocupa é qual foi a orientação ou como que a gente fez com as outras instituições que
274 também tiveram essa mesma interpretação? Eu sou muito de que se a gente fez para uma, a
275 gente faz para todas. Então, qual foi a orientação que a gente deu? A gente mandou refazer
276 pelo SEI ou a gente aceitou depois? Só para eu poder entender. **Eduarda Roos Enes, Casa de**
277 **Saúde Menino Jesus de Praga:** É que eu acho que nós mesmos, enquanto conselheiros,
278 enquanto comissão, não havíamos nos dado conta que o texto da resolução estava tão
279 genérico. Talvez essas outras que a gente tenha orientado a fazer a reativação pela Resolução
280 100 tenham sido casos parecidos, de que elas, na época, entenderam que era automático. Mas
281 como elas não nos explicaram ou não trouxeram ao nosso conhecimento que foi um mal-
282 entendido, a gente orientou a fazer pela 100. Mas eu concordo, Carol, se nós tomarmos essa
283 decisão hoje, com base em acatarmos que foi um mal-entendido, não foi compreendido na
284 época e nós, de fato, não temos como nos defender pelo que está escrito na resolução, talvez
285 seja de rever as outras decisões também. Minha opinião. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
286 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
287 **CMDCA:** E leva além. Leva além porque nós estamos com algumas instituições, que eu
288 trouxe no início, cerca de 300 instituições que não fizeram cadastramento. Aí a gente tem

que dar uma olhada nessa resolução agora que a gente fez, porque também ali está claro de que quem não fez no prazo, depois tem que seguir a 100? Sinceramente, não recordo o texto. Então, eu acho que são algumas questões que a gente vai ter que começar aclarear. Uma questão é, ou a gente realmente deixa essas resoluções mais abertas e depois a gente faz o fluxo, ou a gente tenta fechar mais as resoluções para não ter interpretações, e sempre vai ter, mas para não ter tantas interpretações. Não sei, pessoal. Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, uma ou duas instituições que não pediram prorrogação de dezembro de 2024 para junho de 2025, algumas, eu creio que foi mandado para reativação. Esta enviou a justificativa, os parágrafos da resolução que a Eduarda citou aí, que não diz nada de mandar e-mail, etc. Essa solicitou justificativa. Então, a comissão ou a plenária pode acolher ou não. Neste caso, outros casos que não fizeram e não mandaram justificativa, aí sim, aí vai para a reativação, não fizeram e nem justificaram. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murielado:** Eu penso que tem duas situações. A gente está falando em resolução e está falando em resolução genérica. Acho que as nossas resoluções, se a gente não coloca o procedimento, ela é um padrão. É uma resolução falando de um período. O que a gente poderia ter colocado era um anexo falando das informações. Então, para mim, ela não está genérica, ela está como deveria ser uma resolução, mas não tem os procedimentos, que daí é a continuidade da resolução, são as orientações. Acho que é a primeira coisa. A segunda coisa são os prazos que a gente tem. A gente poderia ter colocado os prazos e deixado mais descrito. É uma coisa que a gente poderia ter feito. Agora, o que me preocupa é que todos os anos têm que ter as renovações, os serviços, os programas, e daí as instituições não saberem que tem esse procedimento, isso me preocupa. Daí sim, acho que é uma falha, sim, enquanto conselho, enquanto Fórum, e que daí isso a gente pode rever. A minha única preocupação é: a gente vai realmente desconsiderar isso e daí as outras instituições, ou então estender um prazo, fazer uma resolução e estender o prazo. Talvez seja isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Olha só, a Eduarda botou ali o texto da Resolução 124, dessa que prorrogou até 31/06/2025. Realmente ela está bem ampla. E aí eu estava pensando, para mim, sinceramente, travar é para aquelas instituições que estão lá desde 2013, 2016, que a gente já teve casos que não tinham documentação nenhuma atualizada. Essas instituições que acabaram se atrapalhando, vamos dizer assim, agora em 2024, 2025, acho que ainda não é tão problema, sabe? Mas, principalmente porque a gente

321 deixou brecha. Mas não sei, aí é com vocês. Mas eu já queria ver a outra resolução, a que a
322 gente fez agora do recadastramento, para a gente já fazer uma coisa só também. **Eduarda**
323 **Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Não, mas eu procuro aqui. **Carolina**
324 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
325 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Luciane, da secretaria ali, tu me fala certinho quantas
326 instituições a gente tinha e quantas fizeram recadastramento? **Paulo Francisco da Silva,**
327 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu acho que a gente poderia
328 fazer um espelhamento com as cadastradas no Fórum. Às vezes, a nossa listagem tem muitas
329 instituições que nem estão aí mais. Acho que o Fórum está mais atualizado. Então, se a gente
330 pegar essa e espelhar com a do Fórum, acho que vai dar mais certo. **Carolina Aguirre da**
331 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
332 **Presidente do CMDCA:** Acho que pode ser também. A gente vai ter que começar a bater
333 para poder ver essas instituições, porque eu estava vendo, uma das questões que agora está em
334 alta é o artigo do ECA onde fala de que as instituições, para iniciar o atendimento, têm que ter
335 o registro no CMDCA. E aí, com isso, a gente vai ter que rever todas as nossas instituições. E
336 ali ainda diz que, após o registro, o conselho deve informar ao Ministério Público, ao CT, e a
337 sei lá quem mais. Então, é uma série de órgãos em que o conselho tem que informar, coisa que
338 a gente também acaba não fazendo no dia a dia, e eu acho que agora cabe a gente reorganizar
339 e informar. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Carol, só para eu
340 confirmar, tu quer a resolução da prorrogação do prazo ou a primeira, convocando o
341 recadastramento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
342 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É essa que tu botou aqui. A
343 47/2025, é isso. Aqui, no artigo 5º: A OSC que tiver seu registro suspenso, nos termos do
344 artigo 3º desta resolução, deverá solicitar a reativação do registro de acordo com a Resolução
345 100. Essa está correta, então, porque a gente já colocou lá que, realmente, a OSC que não fez
346 no período vai para a Resolução 100. Aí está tranquilo, não tem brecha. Agora, a outra,
347 realmente, a gente deixou brecha. Gente, eu vou encaminhar a votação, mas eu acho que não
348 tem por que a gente não liberar esse atestado tranquilamente, se a documentação está OK.
349 Mas eu vou colocar, qual é o parecer da comissão, só para eu botar em votação? **Eduarda**
350 **Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** É que eu acho que a gente não chegou a
351 um acordo, a gente trouxe para a plenária. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
352 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É que foi trazido para discutir na plenária. **Neiva**

353 **Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que a gente trouxe para
354 discutir na plenária, a gente não tem uma, sei lá, uma orientação. **Carolina Aguirre da Silva,**
355 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
356 **do CMDCA:** Então, vamos colocar, ou sim ou não. Quem é favorável a dar o atestado de
357 funcionamento para a instituição, de acordo com as brechas em que a gente acabou fazendo a
358 resolução, e quem é não favorável e quer manter o que está na resolução? Acho que é mais ou
359 menos isso. Em votação, quem é favorável a fornecer o atestado de funcionamento para a
360 instituição, por favor, levantar a mão: 11 votos. Podem baixar. Quem é contra a fornecer, por
361 favor: 01 voto. Alguma abstenção? Uma abstenção. Então, **APROVADO.** Mincarone, por
362 favor. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Carol, então, eu
363 estava pensando o seguinte: tem muitas prestações de contas que a gente manda para o
364 governo que são aprovadas e outras que são aprovadas com ressalva. Eu acho que nesses
365 casos, aqueles que fogem estritamente da resolução, mas que a gente acha que todo mundo
366 merece uma segunda chance, mas aí bota "aprovado com ressalva". Ressalva significa que
367 apresentou atrasada a documentação. É uma sugestão que talvez a gente possa pensar para o
368 futuro. Por outro lado, eu queria só fazer um comentário, que eu sei que é meio polêmico, que
369 é a questão seguinte: a inscrição no CMDCA, ela é prévia à atuação da entidade ou a inscrição
370 no CMDCA é posterior ao início da execução de serviço? Porque se é feita uma verificação in
371 loco, se ela está funcionando bem, ela seria *a posteriori*. Mas também, por outro lado, se fala
372 que ela teria que ser feita com anterioridade. Eu acho que isso é uma coisa que tem que
373 esclarecer, porque também deixa as entidades, principalmente as novas, meio confusas. E a
374 outra coisa que eu queria colocar é o seguinte, se não é o caso da gente fazer uma mobilização
375 junto à SMAS e à SMED que nos editais conste a apresentação da autorização de
376 funcionamento em dia do CMDCA. Porque pelo que a gente tem visto da SMED, tanto nesse
377 edital aí de credenciamento que tanto no termo de fomento da Alicerce, é que não é pedido o
378 certificado. Então, muitas entidades vão acabar deixando de lado porque elas não, vamos dizer
379 assim, aquelas que não têm uma consciência maior vão dizer: "O que é que eu vou ganhar se
380 eu me cadastrar lá no CMDCA?". Então, são coisas assim que eu acho que tem duas, três
381 questões que a gente também tem que enfrentar com um debate mais profundo para chegar a
382 alguma conclusão. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da**
383 **Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOOM:** Oi, Carol. Olha só, o Mincarone
384 estava junto conosco, tu também estava junto conosco na reunião que foi discutido o edital da

385 educação integral, tá? E nós pedimos que fosse colocado no edital, inscrição, registro e
386 inscrição no CMDCA, conforme o artigo do ECA. Eu acredito que a secretaria não fez essa
387 observação, porque nós estávamos em reunião com o Mincarone. Nós tínhamos todo o edital e
388 solicitamos que a SMED colocasse a questão do registro. Então, assim, não foi o CMDCA
389 que negligenciou nesse momento, foi a própria secretaria, que não observou o que o conselho
390 solicitou. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Mas, na
391 verdade, a SMED em nenhum dos últimos editais de credenciamento que teve, desde aquele
392 de 2023, ela nunca exigiu. Então, eu acho que a gente tem que saber, até teria que saber do
393 ponto de vista jurídico, legal, se é uma obrigatoriedade ou não. Porque, se é uma
394 obrigatoriedade, a gente tem que cobrar da SMED, da SMAS, a inclusão disso nos editais. Se
395 não é uma obrigatoriedade, a gente poderia fazer um trabalho de persuasão para que eles
396 colocassem, no sentido de facilitar até a revisão da documentação, porque tendo a inscrição no
397 CMDCA, se sabe que a entidade está atualizada, entre aspas. **Rose Ceroni Canabarro,**
398 **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre**
399 – **ASAFOM:** O próprio MROSC diz que tem que conversar com os seus conselhos. Então, a
400 gente, e a gente apontou que deveria estar conforme a, o conselho, até porque nós estávamos,
401 nós fizemos o Plano de Convivência Familiar Comunitária, está no plano decenal os
402 programas que esse conselho faz o controle social. Então, assim, o, eu me lembro muito bem
403 que nós solicitamos, o Everton estava representando o CMDCA. Foi pedido, Mincarone,
404 agora não foi respeitado, aí é outra história. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
405 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
406 **CMDCA:** Eu acho bem válida essa fala, porque agora a pouquinho, a Zero Hora entrou em
407 contato comigo para a gente poder fazer uma reportagem sobre esse tema, tá? E aí eles
408 querem saber se nós, enquanto conselho, vamos acionar o Ministério Público, Tribunal de
409 Contas, ou qual é o procedimento que a gente vai fazer em relação à Instituição Alicerce. Ah,
410 aí eu vou trazer a minha opinião para vocês, porque eu acho que a gente tem que conversar
411 um pouquinho sobre isso. A minha preocupação básica é de que a gente acabe, sendo mal
412 interpretado, porque a gente acaba, aí até agora eu tô pedindo para eu envolver uma
413 reportagem do secretário, ali para a gente poder compreender o que ele está querendo dizer.
414 Ah, a gente não está indo contra a instituição, a gente não está indo contra o serviço, a gente
415 não está indo contra a nada dessas questões, tá? Eu acho que o que o conselho, enquanto
416 conselho, tem que afirmar é garantir o artigo 91. Ponto. Agora eu tô aguardando aqui. É que a

417 gente tem que garantir o artigo 91 do ECA, né, que é onde nos fundamenta e é o que nos dá a
418 base. Tanto o Frei quanto o Mincarone estão trazendo sempre a questão de que a gente,
419 realmente, acaba trazendo um pouco diferente do que está no ECA, né, quando a gente faz a
420 visita após o atendimento estar funcionando, a instituição funcionando. No ECA diz
421 exatamente antes de atender. Então, ali está, para que a instituição possa atender, tem que
422 estar registrada no conselho, tá? E aí, depois é que a instituição começa a atender. Então, ela
423 está pensando, tem que ter o registro. Ah, e isso eu acho que é o que a gente acaba, vai ter que
424 bater, tá? E isso, para mim, não é uma questão de convencimento, para mim é uma questão de
425 lei. E a lei, independente se ela é a 3019, ou se ela é o ECA, ela tem que ser cumprida,
426 principalmente na questão quando a gente trabalha com crianças e adolescentes, né? E não é
427 uma ideia de "ai, vai barrar" ou "vai inutilizar o edital" ou qualquer coisa. Não, acredito que
428 não é essa a linha. A linha, na verdade, é a gente qualificar o serviço. Pensando na nossa
429 qualificação, é as instituições que não é só a Alicerce, não é só a Alicerce. Tem outras
430 instituições que, como eu li ali antes, também não tem registro, tá? Então, essas instituições
431 que não têm registro, elas têm que ter registro. Ponto. É essa a questão. Sabe? Eu acho que é
432 isso que a gente tem que bater e pronto. Sabe? Eu acho que é isso. Eu queria ouvir vocês um
433 pouquinho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
434 **CMDCA:** Aí o conselho tem que comunicar os órgãos, né, o CT e o Ministério Público. E se
435 eles estão atendendo e não pediram o registro, aí a gente tem que comunicar os órgãos
436 responsáveis pela fiscalização, que é o MP e o Conselho Tutelar. Como diz o ECA também.
437 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
438 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só para trazer ali que, como o Paulinho falou,
439 cabe ao conselho fazer a comunicação das instituições que são credenciadas, registradas, na
440 verdade, dentro do conselho, tá? E aí, eu acho que cabe a nós, enquanto conselho, enviar um
441 ofício para a SMED, propriamente dita, colocando a instituição A, B, C, D, que não tem
442 registro, e que o que essa instituição tem que fazer para organizar a sua vida dentro de Porto
443 Alegre, porque é a nossa competência sobre isso. Isso, novamente, não é travar o edital, não é
444 impossibilitar o edital, não é nada disso. A gente só quer que essas instituições tenham
445 registro e de que seja solicitado os registros para as outras instituições. Só isso. Tá? E aí, eu
446 acho que sim, cabe a gente poder informar no mesmo ofício, da mesma forma, os outros
447 órgãos que a gente tem que informar. João, depois o Frei. **João Batista Machado da Rocha,**
448 **Fundação O Pão dos Pobres:** Não, é bem isso, Carol, acho que o que tu traz é bem

449 pertinente. E eu acho que têm alguns detalhes que é importante a gente levar em consideração.
450 Algumas instituições, elas pedem registro para captar recurso, muitas querem, claro, a
451 dimensão de estar registrada no CMDCA. Mas também tem a dimensão depois da inscrição de
452 programa, projeto, serviço e também a fiscalização. Acho que como o Mincarone trouxe em
453 algum momento, quando se faz o registro, e a gente tem que seguir o que está escrito no
454 estatuto, né, não é aguardar a instituição executar para depois dar o registro, mas dar o
455 registro, depois ela vai precisar de um tempo para a inscrição e depois de um ano, se não me
456 engano, de registro para poder captar. E claro, acho que em algum momento cabe, eu sei que
457 talvez a gente não tenha perna para tudo isso, mas fazer as fiscalizações daquelas, nem que
458 seja por amostragem, daquelas onde a gente, aparentemente, tem alguma situação. Mas nós
459 não temos como barrar o registro das organizações que pedem. **Frei Luciano Elias Bruxel,**
460 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Boa tarde, paz e bem. Não, primeiro eu
461 concordo com o que o João falou. Só especificamente, eu lembro que, muitos anos atrás,
462 quando a gente estava discutindo, teríamos que dar uma olhada na orientação do Conanda.
463 Havia na época a não obrigatoriedade das instituições de educação ter registro no conselho.
464 Porto Alegre, eu já falei isso numa plenária, eu lembro quando nós discutimos no Fórum,
465 ainda com a ID, e nós entendíamos que toda a luta da criança em Porto Alegre começou com a
466 educação infantil, depois expandindo para os serviços, de que tivesse como um fortalecimento
467 da política o registro no conselho. E tanto que no conselho, se a gente for olhar, ao longo da
468 história desses 35 anos, a pauta da educação, ela sempre foi muito presente. O que na, lembro
469 na época que era obrigatoriedade, as instituições de educação ter registro no conselho de
470 educação. Mas, concluindo, eu gostaria de dizer que eu acho importante a gente incentivar, e
471 na relação, nós aqui somos um conselho paritário, e o fortalecimento dos conselhos como
472 instâncias de promoção da política, de controle social, de que todas as organizações que
473 trabalham com criança, independente da área, se é cultura, esporte, educação, tivessem o
474 registro sempre no conselho, porque é uma forma de fortalecer e trabalharmos mais em rede.
475 Essa consciência, acho que é importante nós aqui que temos os conselheiros representantes
476 das respectivas secretarias do governo aqui dentro, justamente pela relevância. A educação
477 tem assento dentro do conselho, a cultura, não sei se hoje tem da Secretaria de Cultura
478 alguém, mas a juventude, eu sei que tem, antigamente era Secretaria de Juventude, nem sei
479 quais todas as secretarias nós temos hoje, mas deveria ter de todas as áreas específicas que
480 trabalham com criança um assento no conselho, da parte do governo. Então, essa é a minha

481 fala. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
482 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, quem mais? Então, gente, podemos
483 encaminhar desta forma, então, como eu trouxe? Só para eu poder saber também que daqui a
484 pouquinho ela vai me ligar, aí para a gente fazer a entrevista, e aí eu tenho que saber qual é a
485 linha em que a gente vai estar trabalhando. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural**
486 **São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria entender qual é a entrevista e com quem tu vai
487 ter, Carol? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
488 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Vou fazer uma entrevista com a Zero
489 Hora daqui a pouquinho, sobre a questão, ela quer saber sobre a instituição Alicerce. Se a
490 gente vai enviar para o Tribunal de Contas ou se a gente vai enviar para o Tribunal de Contas,
491 Ministério Público e o que a gente vai fazer. E aí, só o que eu penso, é que, na verdade, a
492 gente tem que enviar para a SMED e aí depois eu aloco para os demais órgãos, como nossa
493 competência também de instituições com registro ou sem registro, mas, ah, penso de que a
494 gente apontar para a SMED que essas instituições não têm registro e que é necessário, de
495 acordo com a lei, artigo 91 do ECA, essas instituições têm que ter registro para trabalhar com
496 crianças e adolescentes em Porto Alegre ou, na verdade, no Brasil, né, porque a lei é federal.
497 Tá? É isso que eu penso, Frei. Aí eu queria compartilhar com vocês se é esse o caminho que a
498 gente vai tomar. Sônia. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**
499 – **SMF:** Então, boa tarde. Olha só, eu penso também, Carol, acho que é assim, a gente sabe
500 dos deveres e obrigações, enfim. Ah, neste momento, eu sugiro, concordo contigo, acho que
501 se a pergunta for especificamente assim, "Ah, tu vai mandar para o Tribunal de Contas ou
502 não?", porque às vezes eles são muito tendenciosos e eles querem vir por outra linha do
503 conselho. Eu concordo contigo, acho que a gente tem que dizer assim: "Olha, neste momento,
504 o conselho vai tomar, vai oficiar, vai tomar pé da situação, do que está acontecendo, dos
505 questionamentos internos". E depois a gente vê, sabe assim, depois vai ser feito. Eu concordo,
506 acho que primeiro tem que ser oficiado à secretaria. É necessário sim ou não esse registro, o
507 que eu entendo que sim, até porque quando tu lê ali do Conanda, é claro quando ele diz, né, as
508 resoluções do Conanda são importantes para aplicação e interpretação do Estatuto da Criança
509 e do Adolescente. E se lá no estatuto diz que tem que ter o registro, então ela tem que estar
510 registrada, e é sabido, acho que essa empresa não tem, penso, pelo menos foi o que a gente
511 vem levantando. Então, eu acho que primeiro se oficia à secretaria, depois da resposta do que
512 vir, daí a gente vai tomar ou não, daí esse conselho é soberano para saber que linha vai. Acho

que eu concordo contigo nesse momento. Primeiro oficiamos, depois a gente toma. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Era exatamente isso que eu ia falar o que a Sônia trouxe, que me parece um tanto quanto tendencioso. Só tem que tomar cuidado nesse sentido, porque eles já vêm com duas perguntas: "Vão oficiar o MP? Quais são as duas prerrogativas que vão ser feitas?". Então, concordo exatamente isso que eu ia dizer que a Sônia trouxe, de o conselho poder oficiar a SMED e a própria, a própria empresa, essa entidade, não sei como é que ela se atribui, e daí para frente começar essa conversa, porque me parece que está bem tendenciosa a matéria, porque eles estão fazendo uma matéria a partir de uma denúncia para poder perguntar isso, seria a partir de uma denúncia, né? Então, essa é a minha opinião. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu também coloquei aqui que hoje nós temos também, que é importante lembrar, que hoje a gente tem 18 instituições que já atendem a educação integral. Eu acho que é importante a gente dar, que tem possibilidade de ampliar, que tem possibilidade de participar deste projeto e demais projetos. Aí a gente dá uma floreada também nessa questão. Então acho que é isso, gente, só pra gente poder alinhar a fala do conselho como um todo, tá? Só para a gente poder fechar, eu queria passar, eu não sei se é a Rose que vai apresentar sobre a ACOMPAR? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Carol? Lembrei só de um minutinho também, que eu não estava achando a mão aqui para levantar, então eu chamei. Eu acho que, como se falou, a Sônia também falou, que a gente está procurando, pesquisando mais ou pedindo mais informações para a Smed. Ok. Mas eu acho que o que já tem que dizer, primeiro, que o ECA obriga a instituição se cadastrar previamente. Isso acho que é importante. Tem outra coisa que é um pouco mais delicada, mas eu não sei se vale a pena colocar. É assim, até, não sei, até eu acho que a semana passada, com certeza, não estava no portal o plano de trabalho. Na reunião que a gente teve lá, eles disseram: "Ah, nós botamos no Dopa", mas o Dopa não é o plano de trabalho. O Dopa vai um resumo, o extrato. Então, nós pedimos até que eles nos mandassem ou oficializassem, ou pelo menos colocassem no portal e nos avisassem. Então já está assinado há não sei quanto tempo esse termo de fomento e o plano de trabalho, que é o que vai dizer o que vai ser executado, não é de conhecimento ainda da sociedade. E também, acho que a gente poderia dizer que um tema dessa complexidade precisaria ser mais discutido com a sociedade. Quer dizer, ninguém sabia e continua não sabendo como é que é o plano de trabalho que vai ser feito. Tem só um esboço ali que não quer dizer nada, uma síntese, né?

545 Agora, tem que ter cuidado, mas a primeira coisa a falar, eu acho isso sim, que o ECA obriga
546 e não tem, e essa entidade não tem registro. Agora, quanto a esse outro ponto, tu pode dizer
547 indiretamente, dizer: “Nós estamos aguardando a publicação no portal do plano de trabalho
548 para analisar”. Para bom entendedor, sabe que então não foi nada divulgado até agora do
549 plano de trabalho, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
550 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, bem colocado, né,
551 Mincarone? Porque a gente também tem que conhecer, enquanto Porto Alegre, o que está
552 sendo trabalhado, qual é a proposta, né? Aí, só para colocar ali, o Fórum, ele encaminhou um
553 ofício para solicitar uma reunião com o Secretário, tá? E hoje de manhã eu reencaminhei o
554 ofício para a secretaria e para o secretário. E aí, a Luciane que me deu o retorno, ela disse
555 assim: “Nós estaremos agendando”, né? Então, amanhã eu questiono ela novamente pra gente
556 poder ver essa agenda, porque eu acho que é muito importante, eu acho que é muito
557 importante a gente pegar e ter uma reunião com o Secretário Leonardo. Eu não falo nem só
558 quanto CMDCA, mas eu falo também enquanto instituições que atendem hoje a Educação
559 Integral, né? Para que não fique uma sombra de dúvida, vamos dizer assim, de que as
560 instituições não querem o serviço em Porto Alegre. Pelo contrário, a gente quer o serviço em
561 Porto Alegre, todos os serviços em Porto Alegre, né? Mas que seja bem constituído, que seja
562 bem trabalhado, que seja bem divulgado e que seja de amplo para todo mundo. Então, eu acho
563 que essa é a maior questão. Quem é que vai trazer sobre a ACOMPAR? A Rose? **Rose**
564 **Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do**
565 **Adolescente de Porto Alegre – ASAUFOM:** Pode ser. Então, o processo da ACOMPAR, ele
566 inicia com o número que eu vou dizer: SEI 20.0.000087871-6. Esse processo, ele chegou aqui
567 na Comissão de Políticas, conforme a transição, que ele não era da 150. Ele fez a escrita sem
568 ser da 150 e a gente, a IOF mandou pedindo que eles, então, escrevessem conforme a 150, se
569 adaptar dentro da 150, tá? E aí, esse SEI gerou um outro número: 23.0.0000969955-1, que é
570 correlacionado ao processo que eles já estão recebendo. Então, a orientação nossa não alterou
571 valores, era só arrumar o quadro de resumo das ações. A OSC foi recebida aqui pela
572 comissão, ajustou o projeto. Agora a gente conversou com a secretaria, de manhã a gente
573 conversou com a Larissa, e ela disse: “Não, tem que passar pela plenária só para dar o ok que
574 eles adequaram o projeto conforme nós solicitamos”. Então, a gente precisaria da aprovação
575 até para eles continuarem recebendo o recurso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
576 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

577 **CMDCA:** Ok, então. Entenderam, pessoal? Vamos colocar em votação? Em votação, quem é
578 favorável à troca, na verdade, da metodologia, o projeto da instituição, favor levantar a mão.
579 Ok, podem baixar. Alguém contra? Alguma abstenção? Não? **APROVADO POR**
580 **UNANIMIDADE.** Mais alguma coisa? Então, era isso, pessoal. Ah, mais uma coisa, sobre a
581 Comissão de Registros ainda, o processo de monitoramento, conseguimos avançar? **Francyne**
582 **da Rosa, CEMME:** Não, nem pegamos ainda o monitoramento. Estamos finalizando ali o
583 recadastramento. Entre hoje e semana que vem, das OSCs que ainda faltam algum documento
584 que a gente fez despacho, a gente conclui o recadastramento, mas ainda não iniciamos
585 monitoramento. E nem as novas instituições ali de primeiro registro ou reativação que já estão
586 pendentes, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
587 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que na semana que vem a
588 gente podia organizar para que as outras comissões pudessem estar auxiliando nessa de
589 monitoramento, né? Porque senão vai juntar mais ainda e a gente vai ficar com muito
590 processo ali. Eu fui dar uma olhada na caixa, tem bastante SEI, né? E a maioria ainda é de
591 monitoramento, né? Mas ok. Mais alguma coisa, pessoal? **Frei Luciano Elias Bruxel,**
592 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria colocar, vocês
593 acompanharam nos últimos dias, talvez, toda aquela discussão que o Felca, esse influencer,
594 colocou. E eu acho que é um tema que talvez nós, conselhos, também deveríamos
595 problematizar um pouco, começando com a nossa, com o Fórum, com a rede de atendimento,
596 porque também em muitos espaços nossos pedagógicos, a gente não discute isso, a
597 hipersexualização das crianças precocemente, de como lidar, de a gente fazer essa discussão,
598 que hoje está tomando conta das redes. Também nós, enquanto conselho, estimular uma
599 discussão nas organizações que trabalham com crianças. Eu já, nesses anos todos, já
600 presenciei uma situação uma vez lá na Zona Norte, num momento que era de combate, por
601 exemplo, à exploração sexual, uma instituição da nossa rede, aí fez uma apresentação que
602 causou perplexidade, inclusive, para todos os que estavam lá. E nós nunca abordamos essas
603 temáticas, há um certo, parece que pudor, um medo, mas eu acho que a gente tem que
604 enfrentar e também discutir. Eu não sei como é que vocês pensam, mas eu, acompanhando só
605 as repercussões que deu, até inclusive no, lá na Câmara dos Deputados, vai instalar uma
606 comissão para discutir isso. E é um problema que hoje, eu tenho participado num debate
607 muito intenso com a Justiça Restaurativa na Justiça Federal, de casos de pedofilia e
608 compartilhamento de imagens de crianças e adolescentes. E a juíza nos alertou que está

609 vertiginosamente crescendo e a gente deveria, talvez, ter uma formação que começasse com
610 os educadores sociais já e também com as famílias nas reuniões, de colocar. Nós temos a
611 LGPD, mas junto discutir esse tema que diz respeito à convivência humana, que é a questão
612 da afetividade, sexualidade, a transformação em objetos, o adoecimento hoje de muitos
613 meninos e meninas na saúde mental tem a ver também com isso, com uma superexposição e
614 uma supercomparação com imagens de corpos e, enfim, uma indústria que é pesada, né, do
615 consumo e transforma sempre mais as já as crianças e adolescentes em pequenos adultos e
616 rouba a infância, né? Então, nós que somos o conselho, talvez, que teria a responsabilidade
617 maior, nós estamos numa capital, de talvez, proponho, né, que, não sei o que vocês pensam,
618 de puxar, quem sabe, propor nesses 35 anos, mais adiante, até o final do ano, um seminário
619 que pudesse ser um dia num espaço, trazendo alguns especialistas pra gente discutir, e puxado
620 pelo conselho, chamando aí, então, a rede. Sugestão.

621 A05:

622 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc
623 (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Bem bom, Frei. Acho que a gente podia articular
624 algo e, principalmente, caberia até alguma nota do conselho, alguma coisa nessa linha também
625 para que a gente reforçasse. Agora os 35 anos do ECA e toda essa questão de movimentação,
626 de questões de internet. Eu vi uma fala hoje de manhã em que fiquei séria. Eram as
627 orientações que se tinha para as famílias poderem diminuir, talvez, a questão de acesso à
628 internet, acesso a supervisionar o seu filho. Parecem coisas tão lógicas, mas às vezes não é tão
629 lógico, e a gente acha que o filho da gente está dentro de casa e está tranquilo. É pelo
630 contrário. Hoje também tem as situações em que invadem a casa da gente e a gente tem que
631 ter um outro olhar ainda maior. Quer falar, Frei?

632

633 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tanto que
634 foi abordado no nosso seminário, que poucos participaram, lá na PUC. O delegado foi muito
635 feliz ao abordar o tema e disse como hoje, em todas as classes sociais, este problema é um
636 problema muito mais complexo e sério, e nós não temos nunca nos nossos debates. Nos
637 processos formativos aqui da instituição eu trabalho, mas na rede como um todo, eu nunca vi
638 esse assunto ser trabalhado de uma forma mais intensa e qualificada. Por isso que eu o trouxe
639 hoje. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
640 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Frei, a gente poderia organizar um seminário

641 ou uma formação agora para os próximos meses, até com o próprio delegado da DECA. Valeu
642 muito aquela fala dele e com certeza levantou várias questões. Mais alguma coisa, pessoal?
643 Quero agradecer, obrigada. Até a próxima quarta, ou vamos nos falando. Beijo, tchau, tchau.
644 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos**
645 **da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob**
646 **o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**